

Transplante da Educação Européia no Brasil

Casemiro dos Reis Filho

O Renascimento

O Brasil surge para a história em pleno Renascimento. Resultado da expansão da civilização ocidental, o descobrimento do Brasil é significativo incidente da aventura marítima do Atlântico no século XV. Este momento de expansão européia é de extrema importância para a análise das raízes de nossas origens como nacionalidade. O seu estudo nos interessa na medida em que o primeiro projeto de Brasil, elaborado e executado a partir do Descobrimento pelo colonizador português, estabeleceu linhas históricas determinantes de nossa evolução como povo ligado, embora perifericamente, à civilização ocidental.

Para o europeu, o Renascimento é um período de transição e compromisso. É um longo período que não pode ser datado com precisão. Seus limites cronológicos situam-se do início da decadência do mundo medieval, meados do século XIV-1350, até os primeiros e nítidos contornos do mundo moderno, século XVII-1650. Resultado de lenta evolução, o Renascimento europeu rompe valores, ideais e instituições que deram origem à civilização ocidental e cristã do tipo medieval, sem interrupção e quebra de continuidade histórica. O que caracteriza esse período histórico como de compromisso entre o medieval e o moderno é um predomínio de interesses que até então haviam desempenhado papel secundário na vida

da Europa Ocidental, interesse pelo próprio indivíduo e seu ambiente (terreno) em contraposição ao medieval, que era por Deus e pela vida eterna. Em consequência surge um ideal social também individualista e autárquico mais do que corporativo e tecnocrático, como era na Idade Média.

Embora os fundamentos econômicos da civilização medieval continuassem sendo a posse e o cultivo da terra, a economia rural passa a oferecer um excedente de produção capaz de fomentar um início de troca comercial que lentamente se intensificou a partir do comércio interfeudal até atingir regiões inteiras e tornar-se internacional e marítimo. Esta economia rural-comercial permitirá o crescimento da população urbana, criando nas cidades centros de atividades comerciais cada vez menos dependentes dos poderosos senhores feudais.

Desde o fim da Idade Média são perceptíveis as transformações sociais que atingem as relações humanas básicas nestes centros urbanos comerciais. Entre as duas ordens sociais – a dos senhores e a dos servos – desenvolve-se uma nova camada social – a burguesia. É o agrupamento social dos comerciantes, artesãos livres e funcionários públicos para os quais não havia função reconhecida na sociedade dual da Idade Média. O tipo de serviço que a burguesia passa a prestar à sociedade (troca, comércio) se expande e exige um aumento de produção rural capaz de abastecer os centros urbanos. Torna-se necessária a organização de uma economia dinâmica que garantisse crescente ampliação do mercado e do lucro. Esta nova organização econômica funda-se nas relações capitalistas de intercâmbio comercial, embora a produção agrícola continuasse do tipo medieval, mas, desde então, surgem as feiras, os bancos, os papéis de crédito e a moeda.

A atividade comercial, por sua vez, exigia uma legislação protetora mais poderosa e mais ampla para fazer frente às regulamentações das corporações de ofício e aos obstáculos oferecidos pelos senhores feudais ao livre trânsito de mercadorias. Esta razão do apoio da burguesia à realza visava a consolidar e ampliar as bases territoriais do domínio real. A aliança realza-burguesia permitiu aos reis a formação de seus exércitos mercenários e de frotas marítimas que constituíram os poderosos instrumentos da política mercantilista das monarquias absolutas dos séculos XVI e XVII.

Nesse processo, a burguesia é fator de mudança e elemento perturbador da ordem existente. Daí seus choques com a nobreza e o clero. A ação inovadora da burguesia dará origem a novas instituições, valores e ideais do mundo moderno.

Desse modo, os interesses da burguesia nascente integram-se com os da realeza: já economicamente poderosa, mas sem representação política, a burguesia encontra no poder real o aliado que pode garantir o êxito da atividade comercial. O órgão político desta aliança vai ser a monarquia absoluta nacional que mantém a unidade interna e, ao mesmo tempo, expande-se pela conquista de novos territórios. Essa política mercantilista deu origem ao colonialismo europeu dos tempos modernos, iniciado no século XVI pelas monarquias ibéricas. A função da Colônia é fornecer matéria-prima ou produtos primários ao comércio metropolitano e consumir o que a metrópole produzia.

Portugal e Espanha, inicialmente, interessavam-se apenas por feitorias ou entrepostos comerciais fornecedores de um produto de alto valor no comércio internacional: especiarias da Índia, sedas e porcelanas da China, pedras e metais preciosos da América. Se mais tarde chegaram ao processo de implantar na Colônia uma base produtiva permanente, é só a este último que se dá propriamente o nome de *colonização* e que supõe o transplante de um complexo sistema de produção econômica e dominação do gentio.

A expansão européia no Renascimento assinala o marco inicial da hegemonia da civilização ocidental européia no mundo. Essa hegemonia vai perdurar até meados do século XX. Convém, pois, destacar a mútua influência que os descobrimentos marítimos e a colonização vão exercer nas transformações que a Europa sofreu e irá impor ao mundo.

O renascimento cultural

As transformações da infra-estrutura técnico-econômica permitiram à Europa uma intensa mudança em suas instituições, valores e ideais. Esquemáticamente podemos observar em quatro níveis as diferenças entre a Idade Média e a Idade Moderna.

A. Manifestações artísticas e intelectuais

IDADE MÉDIA	IDADE MODERNA
1. Interpretação religiosa e ética da vida.	1. Interpretação naturalista e científica da vida.
2. Filosofia escolástica.	2. Filosofia racional e ciência.
3. Catedrais góticas.	3. Palácios reais e edifícios públicos.

B. Instituições sociais

1. Sacro Império Romano-Germânico.	1. Estados modernos dominados por dinastias absolutas e rivais.
2. Cavalaria.	2. Exércitos mercenários ou nacionais.
3. Feudalismo.	3. Estados Nacionais autônomos.
4. Autoridade universal do Papado.	4. Direito Internacional.
5. Sistema corporativo de comércio e indústria.	5. Sistema capitalista de distribuição da riqueza.

C. Ideais e atitudes básicas

1. Teocentrismo.	1. Humanismo e naturalismo.
2. Pessimismo religioso.	2. Otimismo.
3. Interesses ultraterrenos.	3. Interesses terrenos.
4. Governo limitado.	4. Governo forte.
5. Ideal político de uma comunidade cristã universal nacional.	5. Ideal político de uma comunidade.
6. Coletivismo corporativista.	6. Individualismo.
7. Condenação do lucro.	7. Lucro como objetivo de vida.

D. Valores dominantes

1. Fé.	1. Eficiência.
2. Renúncia e conformismo.	2. Poder e domínio.
3. Perfeição.	3. Rapidez.
4. Caridade.	4. Conforto.

É possível acompanhar o lento processo histórico, através do qual as manifestações intelectuais, as instituições, as atitudes básicas e os valores dominantes medievais vão sendo superados pelas criações culturais e instituições modernas.

Os intelectuais europeus na época do Renascimento aceitavam e propagavam o valor do homem e a necessidade de possibilitar o pleno florescimento de sua natureza. Tratava-se da realização, em cada homem, do ideal de humanidade. Daí o combate à idéia da baixeza da natureza humana (pecado original) e a conseqüente defesa do valor positivo dessa mesma natureza humana. A moral cristã já havia colocado o homem como criatura de Deus, e, como tal, o homem é o centro e o sentido do universo. O Renascimento inicia o processo de laicização da antropologia cristã através da retomada do humanismo greco-latino que privilegia o homem no universo como ser de razão, de vontade e de inteligência. O Renascimento é, assim, uma volta à Antiguidade clássica, em busca de uma ética da liberdade e da responsabilidade que viesse se contrapor aos entraves da tradição medieval. São os autores greco-romanos que primeiro permitem argumentar contra as limitações dos interesses humanos interpostos pela interpretação religiosa da vida. Anseia-se por um tipo de conhecimento que só poderia ser encontrado nos diferentes autores clássicos em sua forma original, pois só assim era possível escapar à seleção e à censura da Igreja. Amplia-se consideravelmente o desejo de saber. A busca de conhecimento encontra satisfação através de vários meios: as novas rotas comerciais e marítimas alargam os horizontes de curiosidade e a invenção da imprensa multiplica a possibilidade de acesso aos autores antigos. Chegam à Europa informações de reinos e civilizações muito diferentes dos até então conhecidos. Algumas dessas civilizações orientais eram muito superiores à da Europa. Eram povos que estavam fora do campo da cristandade e do domínio da Igreja.

A imprensa, por seu lado, rapidamente se difunde. O primeiro livro impresso apareceu nos meados do século XV. Já em 1500 os principais centros europeus (Roma, Paris, Londres, Lisboa, Constantinopla) possuíam suas impressoras de livros. O preço do livro caiu em mais de oito vezes, o que possibilitou sua aquisição por particulares e a difusão de

todo conhecimento, até então reservado a grupo restrito de clérigos. Um maior contingente de pessoas interessava-se em aprender a escrever e a ler pela facilidade de consulta. Surgem novas escolas que propagam a técnica de ler. A Igreja perde seu mecanismo de repressão das idéias consideradas prejudiciais às interpretações oficiais. Os textos originais denunciavam cortes e deturpações que agora podiam ser corrigidos. A autoridade da Bíblia, dos padres da Igreja e de Aristóteles contrapunha-se à autoridade dos autores greco-romanos poetas, oradores e filósofos.

É verdade que em certos grupos aristocráticos a preocupação estéril e formal pela estrutura da língua (grego e latim) leva ao espírito de imitação servil do estilo dos clássicos. Mas o gosto pelos estudos acaba por desenvolver uma literatura vernácula que dará origem às literaturas nacionais da Inglaterra, da França, da Espanha e de Portugal.

No seio da própria Igreja esboça-se um firme movimento de repulsa aos estritos limites da escolástica e, já em 1518, Lutero chefia um movimento de Reforma Religiosa que acaba por dividir a Igreja.

O movimento de Reforma Religiosa é medieval em suas crenças: reafirmava a idéia da corrupção da natureza humana. Mas estabelecia práticas inovadoras: o mecanismo de salvação resulta da relação direta e imediata entre a alma do crente e Deus. A religião é algo íntimo e intensamente pessoal. Em consequência, a Reforma abandona o sistema sacramental e a hierarquia sacerdotal medieval. Esta inovação religiosa exige a volta à Bíblia (fonte de toda informação divina necessária à meditação religiosa) e possibilita um acentuado individualismo na interpretação do texto sagrado. Por outro lado, restringe a esfera da ação religiosa permitindo ao homem dedicar-se às atividades seculares, que passam a ser consideradas serviço que o homem presta ao semelhante por amor a Deus. Esta atividade laboriosa torna o trabalho valorizado, e seu fruto, a propriedade, quase santificado.

A Reforma vem, assim, ao encontro das aspirações da laboriosa classe burguesa, que encontrava nas condenações da Igreja medieval obstáculo ao seu pleno desenvolvimento. Ligando estreitamente a propriedade ao trabalho e justificando o lucro como justa retribuição aos riscos e à prudência na condução dos negócios, a doutrina da Reforma Religiosa incorpora os novos mecanismos econômicos aos valores religiosos tra-

dicionais. A rápida difusão do movimento de reforma religiosa obrigou a Igreja a admitir alterações que passaram à História com o nome de Contra-Reforma.

A Contra-Reforma é uma reafirmação do medievalismo e contou com dois poderosos instrumentos: a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola em 1534, e o Concílio de Trento (1545-1563).

Entretanto, nem o Humanismo nem a Reforma Religiosa representaram formas modernas de manifestação intelectual. Ambos aceitavam o valor da autoridade como fundamento da verdade: os humanistas tinham-na nos clássicos e os reformistas, na Bíblia. Os humanistas preocupavam-se com a moral e os reformistas, com o espiritual. O novo, o efetivamente moderno, desenvolve-se da humilde atividade de homens preocupados em observar e estudar a natureza. São esses homens que irão possibilitar o surgimento de novo método de conhecer que substitui o argumento da autoridade pela observação controlada.

Entretanto, o Humanismo, ao opor a autoridade dos clássicos antigos à autoridade medieval, enfraquece a importância da autoridade como base do conhecimento, sempre que há entre elas afirmativas contraditórias. Sente-se a necessidade da elaboração de novo método de conhecer que supera os inconvenientes do método da autoridade.

Por seu lado a Reforma, ao atribuir ao crente a necessidade e a responsabilidade individuais de busca e encontro da mensagem da salvação, acabou por contribuir para que a atitude de busca de conhecimento em outros campos fosse generalizada, valorizando assim a razão individual como instrumento na procura e aceitação da verdade.

As doutrinas e as instituições educacionais renascentistas*

Essa sociedade que está em rápida mudança exige que seus elementos reformulem também seu tipo humano.

* A redação deste item é de autoria da professora Maria Luisa Santos Ribeiro, assistente da cadeira de história da educação da PUC-SP sob minha orientação.

Elaboram o ideal de *gentleman*, que é o resultado da combinação de traços do cavaleiro cortesão medieval e dos dotes artísticos e humanistas das cidades comerciais. O *gentleman* é o homem universal, múltiplo, de personalidade bem formada que acrescentava ao perfeito exercício de todos os poderes físicos uma erudição universal e uma habilidade real em muitas artes diferentes; Leonardo Da Vinci era um exemplo vivo.

Conseqüentemente a educação do período teve como meta desenvolver, entre seus traços fundamentais, esse ideal. Pela própria amplitude de tal objetivo deduz-se ser uma educação não-popular. O ócio e a riqueza eram indispensáveis. A mulher desce do pedestal cavaleiresco para ser a verdadeira companheira do *gentleman*, semelhante a ele em liberdade e educação.

É assim que Erasmo (1467-1533) define o ideal da educação como o de formar homens de bom senso, bom gosto e bom tom. O meio para que se atinja tal objetivo é o humanismo clássico, pelos melhores autores antigos, e o humanismo cristão, pela Bíblia e pelos escritos dos padres. A erudição não era um fim em si mesmo mas um caminho para se introduzir num ambiente cultural, segundo ele, propício ao desenvolvimento pleno da natureza humana.

Rabelais (1494-1553) tinha aversão a qualquer tipo de obstáculo à livre expansão da atividade. O seu princípio educacional básico era deixar à natureza, pois que ela é excelente em seu poder de expansão. Para tanto o ser humano deverá praticar exercícios físicos de toda ordem, habilidades manuais e técnicas de toda sorte, conhecimentos técnicos, todas as ciências, conhecimentos práticos e todos os divertimentos. Apesar de não ter a idéia de ciência como se tem hoje, pode ser considerado o mais moderno dos três humanistas aqui apresentados. Concebia certamente que toda ciência deve começar pela observação e acumulação do maior número de fatos possíveis.

Montaigne (1533-1593) insurge-se contra a tradição medieval, como seus dois predecessores, mas também critica a imitação literária e o abuso da erudição como resultado da aplicação das idéias defendidas principalmente por Erasmo. Defende um ideal de educação crítico e prático. Crítico para saber bem julgar, bem administrar seus próprios interesses e prático em sentido ético, não técnico; já que se trata de

formar o “gentil homem” deverão ser usados todos os métodos, sem abusar de nenhum.

Se quisermos completar esse quadro pedagógico com as transformações ocorridas no campo das instituições educacionais, veremos que as organizações religiosas são as que se destacam nesse campo.

O movimento de Reforma, ao enfatizar a salvação como fruto de um relacionamento direto entre o homem e Deus e ao enfatizar também a necessidade da consulta à Bíblia como fonte de alimento espiritual, vê na instrução primária uma necessidade de todos. Seus representantes providenciam a versão da Bíblia para o vernáculo, propagam o aprendizado da leitura e da escrita e chamam a atenção dos governantes quanto à sua responsabilidade na organização da educação dentro de seus domínios como condição de progresso. Assiste-se nos países protestantes também à criação de inúmeros colégios e universidades, mas estes restritos à formação da elite dirigente.

O catolicismo também percebe a necessidade de formar esse novo tipo de homem, e a ordem religiosa que mais se destaca nesse campo é a Companhia de Jesus.

Oficialmente fundada em 1540, tinha como ideal “levar ao conhecimento do homem a manifestação das perfeições e excelências divinas na realização perfeita dos planos da obra criadora e redentora. Assim salvava o homem e glorificava a Deus”. Procurava então reafirmar a idéia do universalismo que existia na Idade Média em contraposição às distinções nacionais surgidas no período. Buscava formar o cristão e não o cidadão, mais um adepto da ordem religiosa que de um Estado.

Fiel à idéia, já presente na Antiguidade, de que o cristão tem que ser homem culto, organiza o curso de humanidades, filosofia e teologia (não se dedicaram regularmente ao ensino primário, coisa que deixavam às outras ordens).

Pelas palavras de Leonel França, constataremos a tentativa de conciliação feita pela Companhia de Jesus entre a concepção natural e pagã do mundo da Antiguidade e a tradição cristã medieval. Ele diz “se no ensino das Humanidades e a voga da Antiguidade clássica implantou a tradição escolar da Idade Média, no da Filosofia e Teologia esta conservou a primazia”.

O que efetivamente faz é dar uma roupagem clássica à filosofia escolástica, fechando-se à tendência moderna nesse campo. A filosofia racionalista e naturalista desenvolveu-se fora dessa instituição e combatida por ela.

Tal orientação resultou numa atuação penetrante e duradoura em todos os locais onde seus colégios foram criados, através de uma regulamentação rigorosa de todas as atividades dos religiosos e dos alunos. Esta é encontrada numa obra intitulada *De Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesus*, publicada em 1599.

O curso de humanidades tinha a finalidade de “tornar os alunos mais homens” e fazia uso da literatura antiga como meio. Sua duração era de seis a sete anos, em que era dada a “arte acabada de composição oral e escrita”. Etapas foram estabelecidas dentro deste todo:

- 1ª – Da 4ª à 1ª classe era dada a gramática para assegurar uma expressão clara e exata. Os textos selecionados eram os seguintes:
4ª classe de gramática: Cartas mais fáceis de Cícero, *Fábulas* de Fedro, *Dísticos* de Catão.
3ª classe de gramática: Cícero, algumas cartas, as mais longas e difíceis; as *Bucólicas* de Virgílio; pensamentos soltos de Ovídio; pensamentos seletos de outros poetas; algumas *Fábulas* de Fedro.
2ª classe de gramática: *Fábulas* de Esopo, *Epítelo*, e quadro de Cebes, São João Crisóstomo; Cartas de Cícero a seu irmão Quinto; *O sonho de Ciprião*; Virgílio, livros I e IV das *Georgias*; Ovídio, algumas metamorfoses ou algumas cartas; Aurélio Vitor, Eutrópio.
1ª classe de gramática: Isócrates, *Discurso a Nicocles e a Domonico*; *Homilias Seletas* de São João Crisóstomo e São Basílio; Cícero, *De Amicitia*, *de Senectude*, *Diálogos*, *De Ofícios*; Virgílio, *Eneida* livros 5º, 7º e 9º; Ovídio, *Metamorfoses* (seleção), as *Tristes*, as *Pônticas*, Quinto Cúrcio, Justino e César.
- 2ª – No 5º ano eram dadas as primeiras noções de retórica e alguma erudição para assegurar uma expressão rica e elegante. Os textos eram:
5ª classe de humanidades: Seleção do *Diálogo dos mortos*, *O tribunal das vogais* etc., de Luciano; os *Caracteres* de Teofrasto; os *Hinos*

de Homero e *Batracomeomaquia*; Cícero: *De natura deorum*, *Questiones*, *Jusculanae*, *Paradoxos*, alguns discursos curtos e fáceis; historiadores: César, Salústio, Floro; poetas: Virgílio, Homero, *Odes* e *Arte poética*, cartas seletas de Ovídio.

- 3ª – No 6º ano era dada retórica para assegurar mestria perfeita na expressão poderosa e convincente. Os textos eram os seguintes:
6ª classe de retórica: Demóstenes, *Opúsculos seletos* de Luciano, *As vidas e tratados*, Herodiano, Homero, Sófocles Eurípedes, *Discursos seletos* de Cícero, *Panegírico* de Plínio ou Pacato, Tito Livio, Cornélio, Tácito, Valleius Patesculas, Valério Máximo, Antonio, Virgílio, Horácio, Sêneca, o Trágico; Claudino, Juvenal, Pércio, Marcial.

O curso de filosofia tinha a duração de três anos, nos quais eram estudadas lógica, introdução às ciências, cosmologia, psicologia, física, metafísica e filosofia moral.

O curso de teologia era de quatro anos e compunha-se de teologia escolástica, teologia moral, Sagradas Escrituras e hebreu.

Cícero, Aristóteles e São Tomás nesses três cursos eram os autores básicos. As línguas eram o latim e o grego.

Na medida em que as obras clássicas estavam intimamente comprometidas com a concepção natural e pagã do mundo, quando colocadas a serviço de uma concepção cristã medieval, perdem o sentido que lhes dava a razão em sua época. Assim podemos entender o motivo de ter sido afirmado anteriormente que o ensino ficou preso a uma preocupação estéril e formal pela estrutura da língua e a um espírito imitado do estilo dos clássicos.

Era esta a formação recebida pela classe dirigente e pelos filhos de burgueses que buscavam enobrecimento pela cultura, justamente aqueles que deveriam, daí em diante, exercer funções de liderança social. Grande atenção era dada à formação dos professores, na qual era buscado um aperfeiçoamento moral e intelectual que, na maioria das vezes, era conseguido somente depois dos 30 anos, após o que recebiam, de um mestre experimentado, uma formação pedagógica. Achavam que era pela personalidade, como um todo, que o professor modelava o edu-

cando a fim de que este se transformasse num homem perfeito. Uma coisa a destacar é o fato de os melhores alunos serem escolhidos para o curso de teologia, o que equivale a dizer que a própria Companhia era a mais beneficiada em detrimento dos interesses sociais gerais.

Portugal em relação ao período

Portugal apresenta um contraste entre litoral e interior.

No interior mantêm-se mais acentuadamente os traços feudais, sendo uma região que se dedicava à agricultura e que enfrentava dificuldades pelo solo nem sempre fértil. Este é um dos motivos, além da própria localização geográfica, para que os portugueses se dedicassem desde muito cedo à pesca, origem da empresa das navegações e dos descobrimentos.

Daí a distinção social da região litorânea, onde logo aparece um grupo dedicado ao comércio e, enquanto tal, identificado com interesses mais modernos que medievais.

Não é só no aspecto socioeconômico que percebemos certa antecipação portuguesa em relação aos outros países na época do Renascimento. Também na política este fato ocorreu. No século XII (1139), com Afonso Henriques é conseguida a autonomia através de uma centralização do poder.

É interessante notar que características específicas de Portugal fizeram com que nem o feudalismo se desenvolvesse tão profundamente como em outras regiões, nem a burguesia nascente tivesse tanto poder. A monarquia absoluta nacional não é resultado da integração específica de burgueses à realeza contra a nobreza e o clero, e sim da união de todos esses elementos contra um inimigo comum: Leão ou os árabes (mouras).

Assim sendo, os traços feudais, mesmo não sendo tão profundos como em outras regiões, sofreram menos combate e puderam perpetuar-se por mais tempo. A burguesia nascente, por seu lado, teve que distribuir seus lucros nos gastos de guerra e entre a nobreza e o clero que também participavam da empresa guerreira. Não tendo raízes no processo produtivo do país, que era fundamentalmente agrário e feu-

dal, seu lucro tendia, inclusive, a acumular-se no estrangeiro, particularmente na Holanda.

Quanto ao campo intelectual, Portugal, do século XIII ao XVI, apresenta um pensamento pragmático, diferente do resto da Europa, cuja responsabilidade cabe à ciência náutica. Resulta daí uma cultura nova com base experimental e crítica. Marcam época na geografia, na meteorologia, na medicina. Introduzem um exotismo intelectual na literatura e nas artes plásticas, um humanismo mais renovador e rico, que não chegou a se institucionalizar.

Daí em diante se nota o início de um período de decadência por não estar o país aparelhado convenientemente para a empresa colonizadora que empreendera; abandonava-se a agricultura, despovoava-se o Reino, não se desenvolvia a indústria, não se controlava o luxo etc.

Com relação à religião, a cristianização da Península Ibérica fez-se já nos primeiros séculos da era cristã, e certo grau de tolerância podia ser notado pela grande variedade de povos que habitava essa região: celtas, fenícios, gregos, cartagineses, bárbaros, árabes etc. É só depois da Reforma que aparece um fanatismo religioso com a conseqüente renovação escolástica, fazendo com que Portugal passe a se considerar um dos maiores defensores da fé católica e de sua pregação.

O sistema escolar começava a esboçar-se, apenas. O ensino primário (escolas de ler e escrever) não tinha uma feição própria, sendo apenas preparatório apressado para o ensino secundário (escolas de gramática). Em 1550 contava com 70 escolas de ler e escrever. O ensino secundário tinha a função de preparar para a universidade e era constituído de 13 ou 14 escolas [oficial (1), particular (4 ou 5), particular religiosa (8), que preparavam candidatos para a ordem]. Eram ensinadas morfologia e sintaxe latinas. O ensino superior era objetivado na Universidade de Coimbra, que representava o foco de irradiação da cultura em Portugal.

Essa era mais ou menos a situação de várias outras regiões como Espanha, sul da Itália, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Países Escandinavos, Polônia, Rússia e Bálcãs.

Na Alemanha, França, Suíça e norte da Itália, ensaios são feitos no sentido de organizar a educação de tal modo que ela seja extensiva a toda a população.

Na opinião de Luiz Alves de Maltos, em relação a esses países Portugal estava atrasado uns 20 anos.

O transplante cultural

A eclosão do surto humanista europeu coincide com o descobrimento do Brasil.

Que tipo de sociedade e de homem o colonizador português vai transplantar para a nova terra?

O colonizador tem muito de homem moderno: aventureiro, ambicioso e inescrupuloso. Busca o lucro e a glória eterna. Como ibérico é, entretanto, o menos atingido pelas preocupações artísticas e intelectuais do Renascimento. Seu espírito moderno é menos uma revolta contra o medieval do que continuação do seu amor à ação, ao prático e à aventura, exercitado desde a luta contra o infiel mouro para a conquista do território da nação portuguesa.

A colonização decorreu da necessidade do estágio inicial capitalista (mercantilismo) atingido por Portugal. Adentrando um vasto território com população num estágio rudimentar de cultura, teve de criar uma fonte de produção para abastecer seu mercado. Dessas condições surge a idéia de implantar a povoação, defender a terra, catequizar a população indígena.

Homens da cristandade, a realeza e os nobres portugueses aspiravam, na sua associação com o burguês, também a difundir a fé cristã. O plano de colonização permitira satisfazer o interesse do mercantilismo e do feudalismo através do transplante para a América de instituições, valores e idéias medievais da civilização ocidental.

Referências bibliográficas

COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira.

FRANÇA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Agir.

HUBERT, René. *História da pedagogia*. Cia. Ed. Nacional.

MALTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da educação no Brasil*. Gráfica Ed. Aurora.

RANDAL JR., J. *La formación del pensamiento moderno*. Editorial Nova B. Aires.

SANTOS RIBEIRO, Maria Luiza (1974). “Raízes da educação moderna”. Apostila. PUC-SP.

SODRÉ, N. Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Brasiliense.